

# PUCViva

N.º 607 - 5/3/2007

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

DEBATE

LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO

Estudantes protestam  
contra documento  
da Reitoria

\*

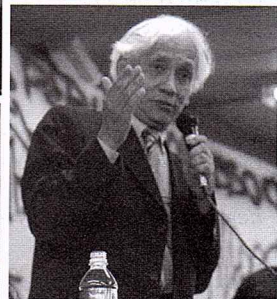
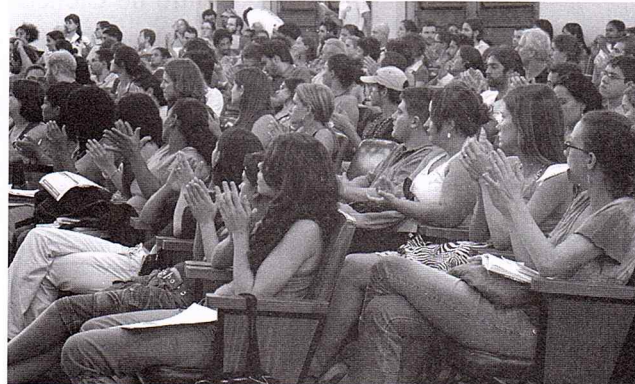
Consun define  
cronograma para  
novo Estatuto

## Ato pede liberdade aos presos políticos brasileiros

Na quinta-feira, 1.º/3, um ato convocado pelo Comitê Em Defesa da Democracia e pela Liberdade dos Presos Políticos trouxe à universidade uma discussão nada fora de contexto. Num debate com entidades de toda ordem, militantes, advogados, professores e estudantes trataram das condições enfrentadas por membros dos mais variados movimentos sociais que hoje são mantidos presos ilegalmente. Entre eles está o doutorando da PUC-SP Marcelo Buzzeto, a quem foi dedicado o ato (veja nesta edição matéria sobre os presos políticos do MST).

Há muito não se via um debate com tanta projeção na PUC-SP. O auditório da sala 239 foi tomado por completo. Na mesa estavam presentes o professor Paulo Barsotti, professor da Fundação Santo André, o advogado Aton Fon, da Renap, Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, Oswaldo de Oliveira, do Sinpro-ABC, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, do Neils, o estudante Pedro Nogueira, representando o CCA, Geraldo Gasparin, representando o MST, e Carlos Alberto de Souza, do Sindicato dos Sociólogos.

Apesar de os anos de chumbo impostos pela ditadura militar estarem afastados há mais de duas décadas, certas práticas de repressão costumeiras desse período resistiram e hoje tomam forma recauchutada, servindo-se do respaldo institucional da democracia do século XXI. Foi sabendo desta condição que o Comitê organizou a sua primeira atividade na PUC-SP, a fim de sensibilizar e mo-



FOTOS DE JULIA CHEQUER

Acima, a platéia que lotou a sala 239; abaixo, a mesa coordenada pelo prof. Lúcio Flávio; nos destaques, Geraldo Gasparin do MST (acima) e o advogado Aton Fon, da Renap (abaixo).

bilizar a comunidade para ações maiores em defesa da liberdade dos presos políticos. Uma das propostas aprovadas pela plenária encaminha para uma reunião nesta segunda, 5/3, às 18h, na APROPUC, para organizar um ato mais amplo pela libertação de Marcelo Buzzeto e outros presos políticos.

Durante todo o debate, muitas foram as observações a respeito das escolhas do sistema judiciário brasileiro. Aton Fon lembrou, por exemplo, do massacre de Eldorado dos Carajás. O mandante dos assassinatos, coronel Pantosa, foi condenado pela justiça do Pará, mas absolvido

pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Também os participantes presentes na plenária do auditório deram algumas palavras. Um deles mostrou-se indignado com o fato de pessoas famintas serem condenadas a penas duras por roubarem alimentos – acusação que gerou, inclusive, a condenação de Marcelo Buzzeto. A essa indignação o professor José Arbex Jr., do curso de Jornalismo da PUC-SP, respondeu que “pessoas são presas por saquear comida porque vivemos sob um estado de exceção”, algo que se apresenta como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal.

## A quem interessa o biocombustível

No momento em que a imprensa comercial e o governo embarcam na conversa dos Estados Unidos e de países europeus, sobre as vantagens da nova onda dos biocombustíveis, o povo brasileiro precisa ficar atento ao que isso representa de custo para os recursos naturais do Brasil e, especialmente, ao modelo de exploração econômica que é danoso para os trabalhadores e a sociedade.

Reproduzo a seguir alguns trechos do excelente artigo "O Mito dos Biocombustíveis", de Edvan Pinto, Marluce Melo (CPT-NE) e Maria Luísa Mendonça, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que esclarece aspectos não abordados pela grande mídia e pela propaganda oficial.

\*\*\*

*"A propaganda do 'combustível verde' ou 'energia limpa' tem sido amplamente difundida no Brasil. Usados em substituição aos derivados de petróleo, tanto o etanol quanto o biodiesel se convertem em ferramentas capazes de deter o aquecimento global", afirma texto da revista Globo Rural (Novembro, 2006).*

\*\*\*

*"Para a pesquisadora Mae-Wan-Ho, da Universidade de Hong Kong, os custos extras de energia e das emissões de carbono são ainda maiores quando os biocombustíveis são produzidos em um país e exportados para outro".*

\*\*\*

*"Um estudo do Gabinete Belga de Assuntos Científicos mostra resultados semelhantes. O biodiesel provoca mais problemas de saúde e ambientais porque cria uma poluição mais pulverizada, libera mais poluentes que promovem a destruição da camada de ozônio".*

\*\*\*

*"O governo dos Estados Unidos oferece incentivos fiscais para que a indústria aumente o percentual de biodiesel no diesel comum. Porém, seria necessário utilizar 121% de toda a área agrícola dos EUA para substituir a demanda atual de combustíveis fósseis naquele país".*

\*\*\*

*"Neste contexto, o papel do Brasil seria fornecer energia barata para países ricos, o que representa uma nova fase da colonização. As atuais políticas para o setor são sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização brasileira: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder".*

\*\*\*

*"Além da destruição ambiental e da utilização de terras agrícolas para a produção de biomassa, há outros efeitos poluidores neste processo, como a construção de infraestrutura de transporte e armazenamento, que demandam grande quantidade de energia. Seria necessário também aumentar o uso de máquinas agrícolas, de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e de irrigação para garantir o aumento da produção".*

\*\*\*

*"A expansão da produção de bioenergia é de grande interesse para empresas de organismos geneticamente modificados, que esperam obter maior aceitação do público se difundirem os produtos transgênicos como fontes de energia 'limpa'".*

\*\*\*

O artigo cita ainda inúmeras articulações de grandes grupos empresariais estrangeiros para assumirem o controle mundial da industrialização e comercialização dos biocombustíveis. O Brasil, mais uma vez, deve morrer na praia.

**Hamilton Octavio de Souza,**  
Diretor da Apropuc.

## Reitoria instaura processo para investigar denúncias

Foi instaurado em 23/2 um processo administrativo "com a finalidade de delimitar e caracterizar as infrações supostamente praticadas pelos professores Luiz Carlos Petry, Sergio Bairon e Luiz Carlos de Campos", do campus Marquês de Paranaguá. Em 12 de setembro de 2006, a Reitoria abriu uma sindicância para apurar as denúncias feitas pela Direção do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, sobre irregularidades no preenchimento do Currículo Lattes dos professores Petry e Bairon. A Reitoria determinou, naquela oportunidade, que a sindicância não se restringisse somente às possíveis irregularidades dos Currículos Lattes, mas que investigasse também a conduta do professor Luiz Carlos de Campos, diretor do CCET, na divulgação dos fatos.

### Irregularidades

O relatório final da sindicância aponta, entre outras irregularidades, inobservância das normas de preenchimento do Currículo Lattes pelos professores Petry e Bairon. O primeiro ter-se-ia atribuído a autoria de algumas obras, ao invés de fazer constar o crédito correto, que seria Coordenador de Hipermídia. Já o professor Bairon teria se atribuído

formações superiores que não possui, tais como graduação em Psicologia na Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e mestre em Filosofia e/ou História pela Universidade de São Paulo. Além disso, haveria dados incorretos sobre seu contrato de trabalho, apontando carga horária e números inferiores aos reais.

Já as acusações feitas ao professor Luiz Carlos de Campos dizem respeito principalmente à divulgação de dados e documentos a órgãos externos à universidade, o que poderia ter causado uma exposição negativa da PUC-SP. O diretor do CCET também é investigado por supostamente oferecer dificuldades à instalação do pós em Tecnologias da Inteligência.

### Comissão processante

A Reitoria designou os professores Gilson Delgado Miranda, Zilton Luiz Macedo e Maria Antonieta Alba Celani para compor a comissão processante. O três terão 60 dias, contados a partir de 28/2, para concluir seus trabalhos. O prazo é prorrogável por mais 30 dias. O professor Gilson Miranda deverá presidir a Comissão.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br**As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.****Editor:** Valdir Mengardo**Sub-editor:** Leandro Diversa**Reportagem:** Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira**Fotografia:** Fábio Nassif e Julia Chequer**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

# Consun define cronograma de trabalho

**N**a sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun) de 28/2, foi aprovado um cronograma para a discussão e aprovação do novo Estatuto da universidade, uma das exigências do Ministério Público incluídas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Pelo texto aprovado, o Consun deverá votar o novo Estatuto em 28/11, ficando o debate interno da comunidade restrito aos meses de março e abril. Também foram aprovados procedimentos para a divulgação das decisões, programação de debates e designação de uma equipe de apoio (veja nesta página o texto aprovado).

A reitora Maura Vêras afirmou que manteve um encontro com o Curador de Fundações, na qual ele elogiou as medidas que até agora foram implementadas pela universidade, mas manifestou que, em breve,

deverá estabelecer um novo TAC, desta vez diretamente com a universidade.

## Marcelo Buzzeto

A conselheira Madalena Peixoto propôs que o Consun votasse uma moção de repúdio contra a prisão do doutorando Marcelo Buzzeto (veja matéria nesta edição). Alguns conselheiros, porém, pediram um pouco mais de tempo, uma vez que ainda desconheciam o que estaria realmente acontecendo com Marcelo. Ao final da discussão, ficou aprovada a divulgação de uma nota em que a Reitoria manifeste a sua preocupação no tocante à situação do aluno. A direção da universidade também deve manter um constante acompanhamento dos fatos, divulgando-os à comunidade.

## Festas

Antes do início da reunião, alguns alunos do Comitê Contra a Repressão e pelas Liberdades Democráticas interpelaram a reitora Maura Vêras sobre uma carta distribuída pela Reitoria via Internet, condenando a festa realizada no dia 9/2, por trazer prejuízos à universidade. O assunto foi colocado em discussão no Conselho, e foi lembrada a proibição de festas no câmpus. Já o estudante Rodrigo Souza afirmou que a festa tinha conotação eminentemente política, contra a repressão dentro da universidade, e cultural, com a presença de grupos de maracatu.

Nesta edição do *PUCviva*, publicamos um artigo do Conselho de Centros Acadêmicos sobre os fatos. Na página [www.brasilia17.org](http://www.brasilia17.org), os alunos debatem mais pormenorizadamente a questão.

## Cronograma de atividades para elaboração do novo Estatuto

**Março/Abril** – Debate na universidade sobre o novo desenho institucional e elaboração de propostas.

**11/5** – Prazo-limite para o encaminhamento de propostas (gerais ou parciais) à Comissão dos Estatutos, que deverá sistematizá-las.

**20/6** – Apresentação das propostas sistematizadas pela Comissão dos Estatutos para serem debatidas em reunião extraordinária do Conselho Universitário e divulgadas na universidade.

**22/8** – Votação das linhas gerais do novo desenho institucional em reunião extraordinária do Conselho Universitário.

**Setembro/ Novembro** – Redação dos Estatutos em trabalho conjunto de Reitoria/ Comissão de Estatutos/ CAJ.

**28/11** – Votação dos Estatutos em reunião extraordinária do Conselho Universitário.

## Proposta de Método

1- Criação do espaço virtual em Intranet para alojar os principais documentos do processo. As principais contribuições (anteprojetos, emendas) ficarão disponíveis para conhecimento e haverá um *blog* para debate virtual. A participação se dará mediante registro e distribuição de senhas.

2- Mesa-redonda no Tuca em meados de março para discussão de perspectivas futuras da universidade brasileira, com convidados externos.

3- Definição de calendário de debates presenciais pelas unidades para discussão ou elaboração de propostas. As atividades previstas nesse item serão definidas de forma descentralizada, seguindo a dinâmica dos setores.

4- Designação de equipe de apoio (secretaria, assessoria de comunicação) para subsidiar o processo.

5- Criação de um boletim especial para a divulgação do processo.

# Sobre festas, mentiras, oportunismo e contradições na universidade

*Resposta do Conselho de Centros Acadêmicos, referente ao confuso documento “Sobre festas na universidade”, de 27/02/07.*

1. O documento “Sobre festas na universidade” começa bem. Faz uma crítica acertada quanto ao trote violento e opressor praticado todos os anos nas universidades brasileiras. Essa realmente é uma questão a ser resolvida pela comunidade puquiense, através do diálogo e da construção de uma outra cultura de recepção aos novos estudantes. A Reitoria, no entanto, relaciona os Centros Acadêmicos com a recepção violenta. Aqueles que procuram dialogar e ter o mínimo de relação com os CAs nos marcos democráticos, sabem que esses se esforçam ao máximo para combater esse tipo de trote. Essas entidades estudantis compreendem que o trote tradicionalmente aplicado reproduz a mesma lógica opressora da sociedade. Mulheres são moralmente rebaixadas e constantemente humilhadas, pessoas são demarcadas para serem reprimidas, jovens se tornam escravos. A PUC experimenta o resultado de sua própria elitização e mercantilização, que aumentam de forma acelerada. A competição é a palavra-chave para o estudante que pretende derrotar e rebaixar seus colegas, para ser um vitorioso no mercado. Essa é a lógica que a PUC vem abraçando durante suas últimas gestões. Preparar o estudante para ser um vencedor no mercado. Os derrotados não estudam na PUC.

Quem financia esse tipo de opressão, todos os anos na PUC-SP? A Reitoria. A resposta, por mais que pareça deslocada e acusatória, é coerente. Através de um departamento interno da universidade, chamado PAC (Projeto de Atendimento à Comunidade), a Reitoria mantém relações excelentes com as Atléticas. Os esforços dos psicólogos e assistentes sociais do PAC são para proporcionar estrutura, espaços e dinheiro para as Atléticas. A nova proposta do PAC, por exemplo, é destinar o repasse de

verbas a que o Centro Acadêmico de Comunicação tem direito de receber da Reitoria, para a Atlética de Comunicação. Agora, qual é o problema com as Atléticas? São elas as principais reprodutoras e incentivadoras desse tipo de trote opressor. Os preconceitos vão desde sua estrutura interna de funcionamento, até as músicas cantadas nos jogos esportivos. É só olhar os cartazes machistas espalhados pela PUC. A Reitoria deveria ler sua própria crítica. Incentivar o esporte é importante, mas financiar esse tipo de trote não dá, né?

Outro exemplo cruel do trote opressor, praticado diretamente pela Reitoria, é negar bolsas de estudo e isenção da taxa de matrícula para o estudante que acaba de passar no vestibular. A atividade principal da semana de recepção dos calouros na PUC tem sido essa. Ao invés de o estudante ouvir “seja bem-vindo”, ele ouve “você não conseguiu bolsa. Adeus”.

**Consenso entre CAs e Reitoria: Contra o trote violento e opressor!**

**Contradição: A Reitoria incentiva esse tipo de trote.**

2. Não se pode dizer que festa é a mesma coisa que trote violento. Comemorar a entrada na universidade é saudável. Apanhar, ser humilhado, ameaçado, violentado, não é bom. Festa faz quem quer. Trote violento recebe quem não quer. Festa agrega as pessoas e cria boas relações. Trote cria raiva. Festa gera cultura de receber bem os calouros. Trote gera promessa de se vingar nos “bixos” que entrarão no ano seguinte. São duas coisas diferentes.

O movimento estudantil não sente prazer em ter que fazer campanhas contra a repressão na universidade. Achamos um retrocesso histórico ter que lutar pelo direito de expressão, de ser oposição, de discordar e de militar. A comparação do nosso movimento com o movimento estudantil da época da ditadura é pertinente, já que também sofremos repressão no dia-a-dia da militância. A PUC deve

superar a fase de retirada de cartazes do movimento estudantil, inibição de panfletagens, sindicâncias, processos punitivos, vigilância constante, proibição de inadimplentes estudarem. Só há movimento contra a repressão porque há repressão. Também torcemos pelo fim do movimento contra a repressão.

**Consenso entre CAs e reitoria: Contra a repressão na universidade!**

**Contradição: A Reitoria é a força repressora da universidade.**

3. A carta da Reitoria vai além. Responsabiliza os Centros Acadêmicos pela precarização do trabalho nas empresas de xerox e pela falta de higiene das lanchonetes. Ora, a Reitoria demitiu quase mil trabalhadores desde que assumiu o controle burocrático da PUC. A Reitoria contrata seguranças e funcionários da faxina que trabalham 12 horas por dia, em péssimas condições de trabalho, sem direitos. A Reitoria demitiu professores e funcionários, para contratar por salários mais baixos, à custa da precarização do trabalho. Também exigimos melhores condições de trabalho.

**Consenso entre CAs e Reitoria: Contra a precarização do trabalho!**

**Contradição: A Reitoria contribui na precarização do trabalho.**

O documento da Reitoria, portanto, é oportunista, mentiroso e sujo. Oportunista por ser propositalmente confuso e misturar diversos pontos polêmicos na universidade. Mentiroso por responsabilizar os Centros Acadêmicos por tudo isso. Sujo por tentar desqualificar o movimento estudantil da PUC. Está na hora de a Reitoria aceitar a oposição que se fortalece na universidade, que continuará lutando por uma universidade transformadora, com ensino de qualidade, para todos e todas.

Conselho de Centros Acadêmicos



# MST é vítima de perseguição política e social

Ao longo das últimas três semanas, o *PUCviva* vem retratando o processo ilegal pelo qual passa o preso político Marcelo Buzzeto, além de outros militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Membro da direção estadual do MST-SP, doutorando da PUC-SP e professor universitário, Marcelo foi acusado de saque após participar de uma mobilização organizada pelas 800 famílias do acampamento Nova Canudos, em Porto Feliz (SP). Seu processo contou inclusive com testemunhas plantadas pela acusação. Após ficar 28 dias na prisão, em 1999, Marcelo pôde responder ao processo em liberdade. Recentemente, foi condenado a seis anos e quatro meses de prisão em regime semi-aberto, cumprindo a pena em regime domiciliar até que surgisse uma vaga na cadeia.

Marcelo foi detido no dia 19/1 deste ano, quando compareceu ao Fórum para assinar sua carteira, sob alegação de haver surgido uma vaga no regime semi-aberto. Após alguns dias no distrito policial de São Caetano, ele foi transferido para a penitenciária de São Miguel Paulista, onde permanece até hoje. Mesmo tendo direito a cumprir sua pena em regime semi-aberto, permanece sem autorização para realizar trabalho externo e em cela comum, apesar da formação superior.

Mas Marcelo não é o único militante que enfrenta uma prisão ilegal. Benedito Ismael Alves Cardoso, conhecido como Magrão,

sem-terra acampado no interior de São Paulo, na cidade de Iaras, também foi preso ao participar de uma manifestação em um pedágio da rodovia Castello Branco, em Boituva, no fim de 1999.

Durante um ano e um mês, Magrão foi mantido em diversos presídios do estado de SP. Após esse período, ele e mais cinco trabalhadores foram soltos com a possibilidade de responder em liberdade ao processo. Em 2005, todos acabaram condenados a cinco anos

e oito meses de prisão em regime semi-aberto.

Em setembro do ano passado, Magrão foi preso e levado para a Cadeia Pública de Pinheiros, onde está atualmente. Sua prisão é irregular, já que esta cadeia destina-se àqueles que cumprem pena ou aguardam sentença em regime fechado. Magrão deveria cumprir sua pena em regime aberto, já que, pelo tempo em que permaneceu na cadeia, tem direito à progressão penal.

## Carta enviada pela APROPUC ao ministro do STF

A Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – APROPUC-SP – analisou a prisão de Marcelo Buzzeto e de Benedito Ismael Alves Cardoso e chegou à conclusão de que se trata de ação política e perseguição social. Ambos estão reclusos por defenderem as condições de existência de centenas e centenas de camponeses sem-terra. É evidente que o MST constitui um movimento histórico

pela reforma agrária. Trata-se de um problema vinculado ao desenvolvimento econômico e social no campo brasileiro. Não será com a criminalização do movimento dos trabalhadores e prisões de seus participantes que o Estado responderá aos reclamos de justiça social.

Neste sentido, a APROPUC-SP defende a libertação imediata de Marcelo Buzzeto e de Benedito Ismael Alves Cardoso.

## Associações manifestam seu apoio a Marcelo

A Adunesp – Subseção Sindical de Marília, manifestou seu repúdio à prisão de Marcelo Buzzeto. A moção refere-se ao caso destacando os seguintes fatores: “Causa-nos estranheza a celeridade com que o rito processual tramitou, atípica quando comparada a outros casos. Lamentavelmente, uma norma quando se trata de ativistas sociais comprometidos com uma sociedade mais justa, o que torna essa prisão um caso emblemático da criminalização em curso dos movimentos sociais”. O

Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo também manifestou sua solidariedade ao caso do doutorando da PUC-SP. Consta no documento que “a mobilização política e a liberdade de expressão são garantias constitucionais conquistadas com muito custo pela sociedade brasileira, e não podem ser afastadas do cotidiano social. Diante da situação verificada, em que se constata o encarceramento desumano de Marcelo, evidencia-se o caráter político de sua prisão”.

# Rola na rampa



O lançamento do 28.º número da *Revista PUCviva* acontece nesta quarta-feira, 7/3, no Tuca. Nesta edição, o tema escolhido foi *O Negro no Brasil e a luta contra a discriminação racial*. Apresentações de música e dança acontecerão ao longo do dia, entre 9 e 19h, quando tem início o debate de encerramento das atividades. Entre os debatedores estão Nirlene Nepomuceno, mestre em História Social pela PUC-SP, Paulo Dias, etnomusicólogo da Associação Cultural Cachuera, Luiz Carlos dos Santos, consultor do museu Afro-Brasil, Ênio José Brito, professor de Teologia da PUC-SP, e Maria An-

tonieta Antonacci, do Departamento de História. A revista já começou a ser distribuída entre os associados da APROPUC. A relevância do tema selecionado é ressaltada no editorial escrito pelo professor Erson Martins, diretor da associação: "o mar de discriminação nasce e se encontra nas relações de propriedade e de trabalho. E não tem como ser esvaziado com a canequinha das políticas governamentais. Ao contrário, coloca-se a necessidade de se eliminar toda discriminação. Não é possível desvincular a situação da população negra da classe social a que pertence".

## Aulas Magnas de Jornalismo e Ciências Sociais

A Comfil programou para esta segunda-feira, 5/3, às 19h30, no Tuca, uma Aula Magna com o tema *Conhecimento, Trabalho e Transformação Social*, a ser proferida pelo professor José

Arbex Jr., do Departamento de Jornalismo. Já a Aula Magna do pós em Ciências Sociais será com a professora Lucia Maria Machado Bógus, na terça-feira, 6/3, às 18h30, na sala 333.

## 8 de março, dia de luta na PUC-SP

No próximo Dia Internacional da Mulher (8/3), São Paulo será mais uma vez tomada pela manifestação da Marcha Mundial das Mulheres e de várias outras organizações. Neste ano, a passeata vai aglutinar mais uma causa: o protesto contra a visita ao Brasil do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil. A manifestação sai da Praça Oswaldo Cruz às 15h. Na PUC-SP também estão programadas atividades: segunda-feira, 5/3, às 18h30, no Pátio da Cruz, haverá uma oficina de preparação de

materiais para o ato de quinta-feira. Na terça, acontece na sala 239 o debate *Mulheres e imperialismo*, com a presença de Julia Chequer e Marina Costin, estudantes da PUC-SP, Rosa Palmiro, do Coletivo Feminista do Sinpeem, Mara do hip-hop, Janaína, da Conlutas, e Nádia Guimarães, professora da USP. No próprio dia 8/3, os seis núcleos temáticos da Faculdade de Serviço Social organizam um painel sobre as diferentes expressões das lutas das mulheres por igualdade, autonomia e liberdade.

## Cursos de Filosofia discutem ética

O professor da PUC-SP Carlos Matheus apresentará neste ano uma série de cursos sobre Filosofia. O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP ressalta o valor destes cursos para a atual realidade acadêmica. Relacionado diretamente com o Comitê está o programa sobre Ética e sua História, "uma reconstituição da Filosofia Ética desde Platão até o início do século XX, através da leitura de textos exemplificativos dos principais filósofos". Também serão oferecidos cursos sobre História da Filosofia Antiga e Fenomenologia e Filosofia da Existência. Informações: cemmatheus@attglobal.net.

## Acordo Interno dos funcionários

Até o fechamento desta edição, ainda não estava marcada a data do julgamento do Acordo Interno dos funcionários. Por outro lado, a Fundação São Paulo divulgou nota à comunidade, lamentando a decisão da AFA-PUC de aguardar a decisão judicial. A Fundação informa na carta que "para garantir os direitos dos trabalhadores administrativos da PUC-SP, o diploma legal a ser contemplado será a Convenção Coletiva do trabalho, salvo eventual decisão judicial em contrário".

## 3ª Copa de Futebol Society da PUC-SP

As inscrições para a 3.ª Copa de Futebol Society da PUC-SP podem ser feitas até esta quinta-feira, 8/3. A taxa é de R\$ 65, e os

jogos começam em 10/3. A organização é do PAC e do Departamento de Educação Física e Esportes. Informações: 3670-8544.